



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 220/11

Súmula: Extingue cargos comissionados e delimita o quantitativo de cargos comissionados a serem providos nas Comissões e Blocos Temáticos.

Art. 1º. As Comissões Permanentes, os Blocos Temáticos e a Corregedoria da Assembleia Legislativa contarão com estrutura relativa a 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão, **simbologia G2** e 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão, **simbologia G3**, assim distribuídos:

I - 04 (quatro) cargos de **simbologia G2** e 04(quatro) cargos de **simbologia G3**, para a Comissão de Constituição e Justiça;

II - 01 (um) cargo de **simbologia G2** e 02 (dois) cargos de **simbologia G3**, para a Comissão de Orçamento, e

III - 01 (um) cargo de **simbologia G2** e 01 (um) cargo de **simbologia G3**, para cada uma das demais Comissões Permanentes; e

IV - 01 (um) cargo de **simbologia G2** e 01 (um) cargo de **simbologia G3**, para cada Bloco Temático.

§ 1º Os cargos remanescentes, previstos no *caput* e não distribuídos neste artigo, somente poderão ser providos mediante autorização da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa.

§ 2º A Critério da Comissão Executiva e nas hipóteses em que houver fato determinado a ser apurado nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, poderá ser provido 01(um) cargo em Comissão, **simbologia G2**, durante o período de apuração do respectivo fato, necessário ao auxílio da Corregedoria da Assembleia Legislativa.

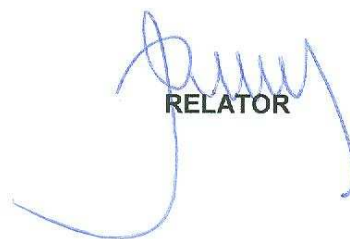
Art. 2º Ficam extintos os 216 (duzentos e dezesseis) cargos em comissão previstos no art. 11, da Lei 16.390, de 02 de fevereiro de 2010.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 11, da Lei 16.390, de 02 de Fevereiro de 2010.

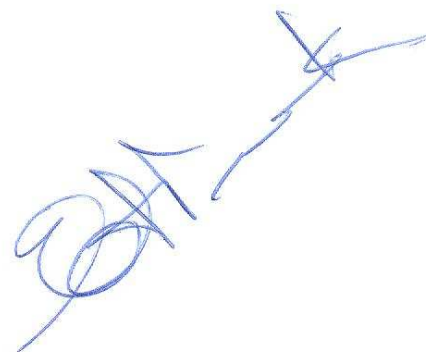
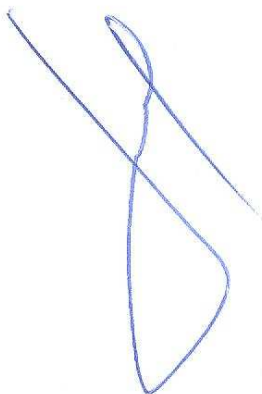
Sala das Sessões, em



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 305/11

Ementa: Autoriza doação de imóvel para o Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas, do imóvel correspondente à Matrícula nº 6.864, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado na PRT-280, Trevo da CODAPAR, com todas as suas edificações, benfeitorias, móveis e equipamentos.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei fica destinado exclusivamente à instalação do Campus de Palmas e fica gravado com cláusula de inalienabilidade, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa daquela especificada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº006/11

Súmula: Altera a redação dos artigos que especifica do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º O Art. 30, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 A Assembléia Legislativa contará com as seguintes

Comissões Permanentes:

I - Comissão Executiva.

II - Comissão de Constituição e Justiça.

III - Comissão de Finanças.

IV - Comissão de Orçamento.

V - Comissão de Tomada de Contas.

VI - Comissão de Agricultura.

VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e

Comunicação.

VIII - Comissão de Educação.

IX - Comissão de Segurança Pública.

X - Comissão de Saúde Pública.

XI - Comissão de Redação.

XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.

XIV - Comissão de Indústria e Comércio.

XV - Comissão do Turismo.

XVI - Comissão do Mercosul e Assuntos internacionais.

XVII - Comissão de Defesa do Consumidor.

XVIII - Comissão de Assuntos Metropolitanos.

XIX - Comissão de Cultura.

XX - Comissão de Esportes.

XXI - Comissão de Ciência e Tecnologia.

XXII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

XXIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso.

XXIV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude.

§ 1º As Comissões Permanentes serão compostas por 07 (sete) membros cada uma, salvo a Comissão Executiva, que será constituída pelo Presidente, pelo 1º Secretário e pelo 2º Secretário e a Comissão de Constituição e Justiça, que será composta de 13 (treze) membros.

§ 2º São de competência comum das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, além dos preceitos específicos contidos neste Regimento Interno:

I - A emissão de pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos.

II - a promoção de estudos relativos à sua área temática, detectando problemas e apontando soluções, promovendo conferências, palestras e seminários.

III - a solicitação à Secretaria Estadual ligada diretamente a área temática, de relatórios semestrais sobre suas atividades, dando ciência ao Plenário da Assembleia.

IV - a solicitação de depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações.

V - o recebimento de petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, contra atos ou omissões de autoridade, sejam de instituições públicas ou privada.

VI - a promoção de audiências públicas com entidades civis em qualquer lugar do território paranaense.

VII - a solicitação à Mesa Executiva de encaminhamento de convocação de Secretário de Estado para prestar pessoalmente informações sobre assuntos de responsabilidade de sua pasta.

VIII - a proposição ao Plenário da Assembléia, através de requerimento fundamentado, de pedido de informações a Secretário de Estado.

IX - a verificação dentro de sua área temática de atuação, de atos do poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar, ou dos limites impostos por delegação legislativa, para, se necessário, proceder a sustação do ato, nos termos do inciso XXVI do artigo 54, da Constituição Estadual.

X - a solicitação de diligências, através de audiência ou pedido de colaboração de órgãos ou entidades públicas e privadas, a fim de melhor executar suas atividades, diligências estas que não implicarão em dilação de prazos regimentais para pronunciamentos relativos à Proposições em trâmite nas Comissões.

§ 3º Fica autorizada a criação de até três Blocos Parlamentares Temáticos, destinados a tratar de assuntos de interesse da sociedade

paranaense que não sejam objeto das atribuições das Comissões Permanentes previstas neste artigo.

§ 4º As Comissões Permanentes e os Blocos Temáticos em funcionamento deverão apresentar, ao Plenário da Assembleia Legislativa, relatório semestral de suas atividades” (NR)

Art. 2º O Art. 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 33** Cabe à Comissão Executiva:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno.

II - dispor sobre a criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III - prover os cargos dos serviços administrativos.

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade.

V - julgar concorrência e demais licitações.

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições.

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo.

VIII - propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos.

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos.

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços.

XI - autorizar a realização de concurso público.

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

XIII - formalizar, através de Ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI e outros pertinentes à administração interna da Assembleia Legislativa.”(NR)

Art. 3º Ficam acrescidos ao Regimento Interno os seguintes artigos:

“**Art. 33-A** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

II - decidir os recursos interpostos contra suas decisões.

III - manifestar-se quanto à perda de mandato de deputado, nos termos do inciso V, do art. 251, deste Regimento.

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios;

b) transferência temporária da sede do Governo;

c) organização dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;

d) intervenção nos Municípios;

e) organização e divisão judiciária;

f) alterações de Códigos; e

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

V - Propor, mediante Projeto de Resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º Ainda que distribuída para outras comissões, sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida com encaminhamento à Mesa Executiva, para arquivamento.

§ 2º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator.

§ 3º Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do novo parecer em Diário Oficial ou da notificação pessoal do autor.

§ 4º Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário da Assembleia, a proposição será tida como definitivamente rejeitada e, em sendo acatado o recurso, a proposição será encaminhada à próxima Comissão pertinente ou ao Plenário.

§ 5º Quando se tratar de emendas declaradas inconstitucionais, é vedada, por ocasião da discussão e votação do recurso apresentado pelo autor, a concessão de vistas, devendo o relator designado para apreciação do recurso exarar parecer na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.

§ 6º Verificado o não cumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior, deverá o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, na mesma sessão, designar novo relator que deverá apresentar parecer na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.

§ 7º O Relator não poderá solicitar adiamento de proposição de sua relatoria por mais de uma Sessão, sem prejuízo ao disposto no art. 51 deste Regimento.

Art. 33-B Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se:

I - sobre todos as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública.

II - sobre atividades financeiras do Estado.

III - sobre matéria tributária, empréstimos públicos; e

IV - sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Art. 33-C Compete à Comissão de Orçamento:

I - manifestar-se sobre as propostas de Orçamento – Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

II - a fiscalização da execução do orçamento e aberturas de créditos.

Parágrafo Único. Na hipótese em que não seja apresentada as propostas de Orçamento de que trata o inciso I, deste artigo, caberá a Comissão de Orçamento propor o Projeto de Lei Orçamentária tomando, para tanto, como base o orçamento em vigor.

Art. 33-D Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas.

II - tomar as contas do Governador.

III - fiscalizar as entidades da Administração Indireta; e

IV - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

Art. 33-F Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas à obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

Art. 33-G Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e instrução pública ou particular.

Art. 33-H Compete à Comissão de Segurança Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como àquelas referentes à ordem e à segurança pública.

Art. 33-I Compete à Comissão de Saúde Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamento, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

Art. 33-J Compete à Comissão de Redação, observadas as exceções regimentais, a elaboração da redação final das proposições.

Art. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

Art. 33-L Compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados.

II - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8.358, de 05 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto no art. 1º, § 2º, da referida Lei ou de constatação de irregularidades nos Processos Licitatórios.

III - fiscalizar os aspectos relacionados aos critérios de distribuição de verbas estaduais aos municípios;

IV - fiscalizar os dispêndios decorrentes de verbas oriundas de Convênios firmados entre o Estado e os municípios.

V - manifestar-se sobre proposições que objetivem a criação, fusão, desmembramento de municípios e intervenção nestes.

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar, à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior não sejam prestados a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil,

financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da Administração Direta ou Indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV da Constituição Estadual.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

Art. 33-N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Art. 33-O Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refiram ao Mercado Comum do Sul – Mercosul e relações internacionais em geral.

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Art. 33-R Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, manifestar-se em proposições que:

I - objetivem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

II - proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

III - visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas as entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Art. 33-V Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescente e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescente e idosos;
e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

Art. 33-X Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres.

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina.

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:

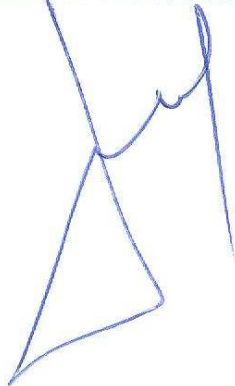
I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude; e

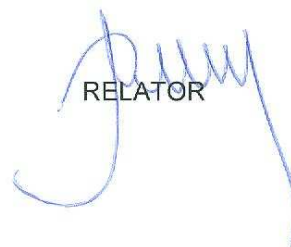
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

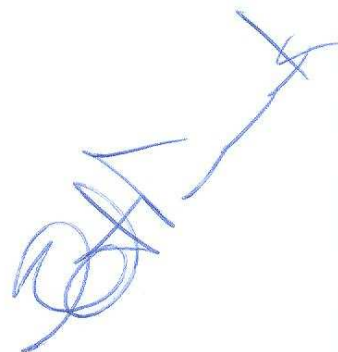
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em




ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº007/11

Súmula: Altera a redação dos artigos que especifica do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º O Capítulo IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seus artigos a seguir indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Capítulo IV

Do Subsídio e da Ajuda de Custo

Art. 57 O subsídio dos Deputados será estabelecido, a cada legislatura, com observância do disposto no § 2º, do art. 27, da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 58 O Deputado diplomado fará jus ao subsídio a partir do início da Legislatura, contada da instalação da primeira Sessão Legislativa.

§ 1º O Deputado Suplente e o Deputado diplomado após a instalação da primeira Sessão Legislativa farão jus ao subsídio, a partir da posse.

Art. 59 Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às sessões que forem realizadas no horário regimental, previstas nos §§ 1º e 2º do art. 77 deste Regimento.

Art. 60 Para efeito de pagamento dos subsídios, a presença do Deputado nas sessões a que se refere o artigo anterior, será apurada pelo Painel Eletrônico conforme o registro verificado entre o último orador do Expediente e o último item da Ordem do Dia.

§ 1º O Deputado ausente deixará de receber o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) por sessão.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior os requerimentos de justificativa de ausência deverão ser apresentados à Mesa antes da verificação da presença de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 61 Não sofrerá desconto o deputado ausente que estiver no exercício de mandato da Comissão Executiva ou no desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único. As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 ...

Art. 63 Terá direito aos subsídios o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 Não terá direito aos subsídios o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, de Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo.

Art. 66 Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontre impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato.

§ 1º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde, estará condicionada a apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica designada pela Assembleia

Legislativa, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício ativo de seu mandato.

§ 2º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao Suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar.

Art. 67 O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, os subsídios e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício.

§ 1º O subsídio será pago proporcionalmente, a partir da data da posse.

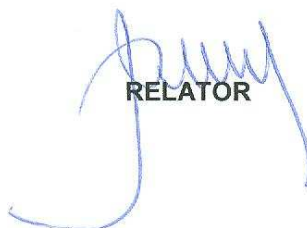
§ 2º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

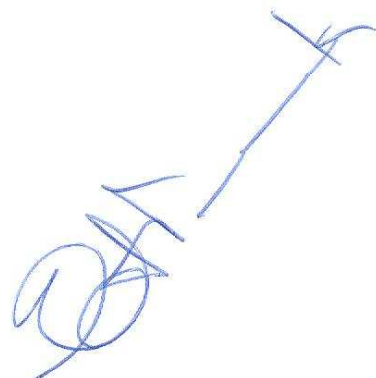
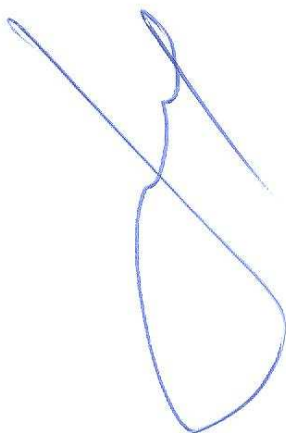
Sala das Sessões, em



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 008/11

Súmula: Altera a redação dos artigos que especifica do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º O Art. 159, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 159** Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 1º O Painel Eletrônico de Votação será usado na votação de proposições, por qualquer processo, salvo no simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.

§ 2º O registro de presença será verificado pelo Presidente da Assembléia, por meio de quadro sinótico e constará no painel eletrônico na segunda parte da reunião, ao iniciar-se a votação da matéria da Ordem do Dia.

§ 3º A verificação de quorum será feita pelo Presidente da Assembléia, por meio do sistema eletrônico, caso em que, somente do final do procedimento, o resultado constará no painel.

§ 4º Os processos de votação serão o simbólico ou nominal.

§ 5º Adotar-se-á o processo de votação nominal:

I - Nos casos em que se exige o quorum de maioria absoluta, de 2/3 (dois terços) ou de 3/5 (três quintos);

II - por deliberação de plenário, a requerimento por escrito, de qualquer Deputado.

§ 6º Na votação nominal, os Deputados manifestarão sua posição favorável ou contrária à aprovação da matéria ou votarão em branco, registrando “sim”, “não” ou “abstenção”, pelo sistema eletrônico de votos.

§ 7º Concluída a votação, o Presidente da Assembléia, comunicará o resultado.

§ 8º Imediatamente após a votação, será encaminhado à mesa da Assembléia, para que conste na ata dos trabalhos, o relatório correspondente, que conterà os seguintes registros:

I - a data e a hora em que se processou a votação;

II - a matéria, objeto da votação;

III - o resultado da votação;

IV - o nome dos deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra, ou abstenção.

§ 9º Ocorrendo falha no sistema do Painel Eletrônico o Presidente procederá ao chamamento do Deputado que, ao anúncio de seu nome, responderá: “**sim**”, “**não**” ou “**abstenção**”, conforme queira votar a favor, contra ou abstenção.

§ 10 Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 11 Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa e, para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 12 Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta, sem que elas tenham recebido emendas, hipótese em que, retornarão às Comissões para parecer.

§ 13 Só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia, hipótese em que, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.” (NR)

Art. 2º O Art. 163, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 163** São dois os processos de votação, o simbólico e o nominal.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados os Arts. 167 e 168 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e revogada a Resolução nº 002, de 26 de fevereiro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

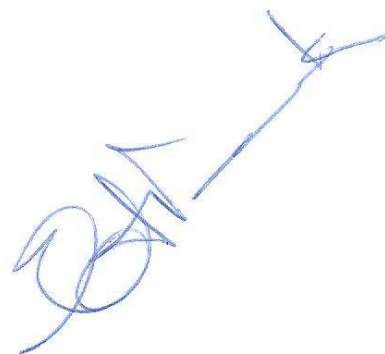
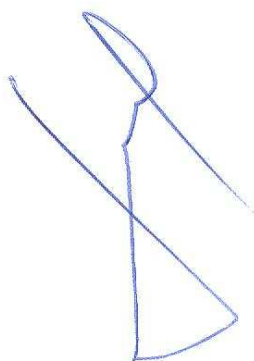
Sala das Sessões, em



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Legislativa



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 314 2011

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000.

Art. 1º. O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo único da presente Lei, com fundamento no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2011, será de:

GRUPO I - R\$ 708,74 (setecentos e oito reais e setenta e quatro centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

GRUPO II - R\$ 736,00 (setecentos e trinta e seis reais) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III - R\$ 763,26 (setecentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV - R\$ 817,78 (oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Legislativa



Parágrafo único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1º de maio.

Art. 2º. A Política Estadual do piso salarial mínimo regional será objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, com acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do MTE;

Parágrafo único. A implementação da negociação será subsidiada por estudos técnicos do Observatório do Trabalho - SETP e encaminhada ao Conselho Estadual do Trabalho - CET.

Art. 3º. Compete ao Conselho Estadual do Trabalho – CET:

I - o monitoramento e avaliação da política estadual do Piso Salarial Mínimo Regional;

II – A realização das reuniões tripartites entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores, para atendimento ao Artigo 2º desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º. Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 16.470, de 30 de março de 2010.

Curitiba, em 05 de abril de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº 004/2011

Curitiba, 5 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei propondo reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2011.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

A presente proposta resulta de reuniões tripartites realizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através do Conselho Estadual do Trabalho, em que participaram representantes das Centrais Sindicais, das Federações Patronais (G8) e do Governo do Estado, subsidiados ainda por estudos técnicos apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e do DIEESE. Após rica discussão sobre o assunto, ficou estabelecido o percentual de 6.9% de reajuste para o Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

Ressalte-se que a inflação acumulada em doze meses até janeiro de 2011 foi de 6,53% (INPC/IBGE/BRASIL), 5,99% (IPCA/IBGE/BRASIL) e 5,81% (IPC/IPARDES/CURITIBA). Sendo assim, a média entre os índices supracitados de inflação acumulada é de 6,11%.

Ainda, diante do exposto, parece razoável o índice de reajuste proposto ao Piso Salarial Mínimo Regional, que proporciona um ganho real de aproximadamente 0,8. Desta forma, mantém-se o patamar de apreciação dos rendimentos locais, já incorporado à estrutura de preços relativos ao Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

GABINETE DO GOVERNADOR



Ademais, cumpre salientar que o reajuste do Piso Salarial Mínimo Regional não importará em aumento de despesa para o Governo, visto que ele se dá tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do presente anteprojeto de lei.

Importa também destacar que ficou estabelecido que serão realizados novos estudos e reuniões visando definir a política permanente para o piso regional. Através da definição e implantação dessa política pública, o Governo do Estado do Paraná estará firmando sua posição de vanguarda nesse campo de fundamental importância para o desenvolvimento da economia e para a busca da igualdade social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/2011

Projeto de Lei nº 316/2011

Autor: PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 004/11

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000.

EMENTA: FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL. ART. 7º, V DA C.F. ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA AOS ESTADOS PELA L.C. 103/2000. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo tem como escopo a fixação do piso salarial para os trabalhadores paranaenses das categorias profissionais indicadas no seu texto.

FUNDAMENTAÇÃO

Em relação à Constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Ainda, quanto à competência legislativa acerca da matéria, reza a Constituição Federal:

Art. 22º Compete privativamente à União legislar sobre:
I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
(...)

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Atendendo ao parágrafo único do art. 22 – CF, supra citado, comanda a Lei Complementar nº de 103, de 14 de julho de 2000:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

- I – no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;**
- II – em relação à remuneração de servidores públicos municipais.**

§ 2º O piso salarial a que se refere o caput poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Cabe observar que, em relação ao piso salarial, reza a Constituição Federal no seguinte sentido:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Ademais, devemos observar que a proposição está em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, a qual exige que projetos que acarretem aumento de despesa devem estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que o reajuste não importará em aumento de despesa para o Governo, uma vez que suas disposições não se aplicam para servidores públicos estaduais.

CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos expostos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei ora apresentado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de abril de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salete – s/nº – Centro Cívico – Curitiba – Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 004/11, que fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que a proposta está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, é importante salientar que o reajuste proposto do Piso Salarial Mínimo Regional não importará em aumento de despesa para o Governo do Estado, uma vez que ele é tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do presente projeto de lei, não se aplicando para os servidores públicos estaduais.

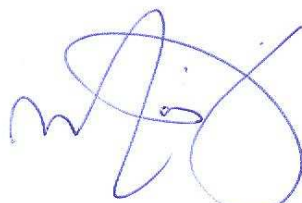
Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/04/11


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







04

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 316/11 oriundo da Mensagem Governamental 004/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 316/11, oriundo da Mensagem 004/11 que fixa os valores do salário mínimo regional

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2011.


Deputado Ademair Traiano
PSDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 02

PLENÁRIO

DAP

26/04/11

BS

Emenda Aditiva



Súmula: Acresce o inciso III ao art. 3º, do Projeto de Lei nº 316/2011.

Art. 1º. Acresce ao art. 1º, o inciso III, ao Projeto de Lei nº 316/2011, com a seguinte redação:

Art. 3º. Compete ao Conselho Estadual do Trabalho – CET:

I-....

II...

III... implantar a agenda do Trabalho Decente, no âmbito do Estado do Paraná, com o objetivo de discutir a geração de empregos, microfinanças e capacitação dos recursos humanos, com ênfase na empregabilidade de jovens, viabilização e ampliação do sistema de seguridade social, fortalecimento do tripartismo e do diálogo social, combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho forçado e à discriminação no emprego e na ocupação.

15:00 26/04/2011 002271 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL 1


(Ferreira)
6


(Ferreira)
5


(Ferreira)
3


(Gilberto Martins)
2


(Adelino)
4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva tem por objetivo implantar, no âmbito do Estado do Paraná, a Agenda do Trabalho Decente.

O trabalho decente é um trabalho produtivo e devidamente remunerado, sem que se permita qualquer tipo de discriminação, garantindo vida digna a todos os trabalhadores, que vivem do seu labor.

A Organização Internacional do Trabalho se funda nos seguintes eixos para a promoção do trabalho decente, sendo eles: Eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição do trabalho infantil e eliminação da discriminação de emprego e ocupação.

Assinatura manuscrita em tinta azul, provavelmente de um representante da Assembleia Legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER À EMENDA ADITIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 316/2011

Emenda aditiva nº 02

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 26 ABR. 2011

1º Secretário

A presente emenda visa acrescentar o inciso III do artigo 3º, do Projeto de Lei 316/2011, o qual fixa o piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização a partir de 1º de maio de 2011.

A emenda do Ilustre Deputado Luiz Eduardo Cheida, objetiva implantar a agenda do Trabalho Decente, no âmbito do Estado do Paraná, com o objetivo de discutir a geração de empregos, microfinanças e capacitação dos recursos humanos, com ênfase na empregabilidade de jovens, viabilização e ampliação do sistema de seguridade social, fortalecimento do tripartismo e do diálogo social, combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho forçado e à discriminação no emprego e na ocupação.

Analisando o texto da emenda, não encontramos óbices constitucionais, legais e de técnica legislativa. Portanto, opinamos pela aprovação do ~~projeto~~ *emenda*.

Curitiba, 26 de abril de 2011.


DEPUTADO ÉLIO LINO RUSCH

RELATOR